



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades. Sub-eixo: Relações patriarcais de gênero e raça.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL

VIVIANE ISABELA RODRIGUES¹

Resumo: A violência de gênero enquanto fenômeno pluricausal apresenta-se socialmente enquanto uma das deletérias expressões da Questão Social, a qual se faz paulatinamente agudizada. Depreende-se que a análise das manifestações contemporâneas da violência de gênero não pode ocorrer destoadada da apreciação da dialética da história, nem tampouco da totalidade dos processos sociais, econômicos, políticos e patriarcais que engendraram a materialização de vivências violatórias. Sob tal prisma o presente ensaio visa problematizar as faces da violência de gênero e suas formas de manifestação nos diferentes períodos históricos do Brasil. Trata-se de um estudo bibliográfico de cariz qualitativo que através do método dialético crítico visa propor um ensaio conceitual a uma temática histórica e, lamentavelmente, ainda contemporânea.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Violência e História; Patriarcalismo.

Abstract: Gender violence as a pluricausal phenomenon presents itself socially as one of the deleterious expressions of the Social Question, which becomes gradually sharpened. It can be seen that the analysis of contemporary manifestations of gender violence can not take place without appreciation of the dialectic of history, nor of the totality of the social, economic, political, and patriarchal processes that engendered the materialization of violating experiences. From this point of view, this essay aims to problematize the faces of gender violence and its forms of manifestation in the different historical periods of Brazil. It is a qualitative bibliographical study that through the critical dialectic method aims to propose a conceptual essay to a historical theme and, unfortunately, still contemporary.

Keywords: Gender Violence; Violence and History; Patriarchy.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência de gênero possui caráter social e histórico, pois se constituiu como uma das bases condicionantes das relações socialmente estabelecidas. Seja em nível conjuntural ou microsocial, a materialização desse fenômeno percorreu a história, assumindo diferentes facetas e matizes. A violência de gênero, a qual, historicamente vitima mulheres de distintas

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <viviane-rodrigues@susepe.rs.gov.br>.

classes sociais, raças e etnias, emergiu em meio às relações de poder que balizam a materialização do poder econômico, político e ideológico por meio de situações de dominação e violação.

Compreendemos que todo fenômeno social deve ser problematizado à luz de uma discussão multidimensional que contemple uma análise, de algum modo, da totalidade e historicidade do fenômeno, e que considere as relações contraditórias que o permeia e condiciona. É a partir dessa abordagem que se problematizará nesta produção aspectos alusivos às formas de materialização da violência de gênero no processo histórico de nossa sociabilidade. Dessa forma, a presente etapa desta produção será subdividida em três partes, as quais se referem aos distintos períodos da história do Brasil, sendo elas: Período Colonial, Período Imperial e Período Republicano.

Analisar e compreender a forma através da qual a violência se conformou na dialética da história, significa compreender sua dimensão e suas faces contemporâneas. É nesse sentido que o traçado geral desta produção busca resgatar as raízes deste fenômeno social, localizando-as na história para fins de compreender sua manifestação contemporâneas.

1 BRASIL COLÔNIA: O ESTABELECIMENTO DAS PRIMEIRAS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E VIOLÊNCIA

O período Colonial do Brasil teve seu início no ano de 1500, mais precisamente, com a chegada das primeiras embarcações portuguesas ao Brasil. Esse período histórico findou com o advento da Independência do Brasil, no ano de 1822. Dentre as principais mudanças desencadeadas nesse período, destacam-se as promovidas no início do processo de colonização do Brasil, realizada inicialmente por portugueses e posteriormente por espanhóis, processo o qual ocasionou mudanças à cultura brasileira.

As influências ibéricas trazidas pelos povos colonizadores (portugueses e espanhóis) passaram a influenciar os valores e os costumes socialmente vigentes, dentre eles destacou-se a disseminação dos valores conservadores destes povos, os quais eram balizados pelos princípios católicos. Essas foram

as bases da sociedade patriarcal, de acordo com a definição cunhada pelo historiador Gilberto Freyre (2005).

Em meio a tal realidade, situações peculiares de materialização das diversas formas de violência foram executadas e enraizadas na história deste país. Segundo Lacerda (2010), o poder socialmente existente durante o período colonial brasileiro emanava dos clãs patriarcais. Os patriarcas detinham o poder econômico, pois possuíam a maior parte das riquezas existentes, concentravam o poder político, já que a autoridade exercida tanto no âmbito privado quanto público concedia-lhes prestígio e reconhecimento social, provinda inclusive da administração estatal.

Tem-se em síntese, que no Brasil o clã patriarcal era a real fonte de poder (Holanda), sendo este o domínio que absorvia a maior das riquezas, entorno do qual se agrupava a população escrava ou livre (Prado); que a figura do senhor rural era daquele que de fato possuía poder e prestígio [...] Encravada, capilarizada, imbricada em tudo isso, esteve a exploração da mulher. Permeando estes elementos todos houve, conforme Francisco de Oliveira, “a superposição ou a fusão dos poderes econômicos, sociais e políticos nas mesmas personas”, o que é “a origem do peculiar traço indistintivo entre público e privado no Brasil”. Este é o nó da questão.” (LACERDA, 2010, p.74/75)

Freyre, em sua obra intitulada *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, clássico que aborda a temática dos moldes patriarcais da sociedade colonial e imperial, teoriza acerca do modelo de organização social e familiar sob a sua face estrutural do cotidiano das casas-grandes, característica central da organização patriarcal. Parafrazeando Freyre, as casas-grandes, construídas junto aos grandes latifúndios brasileiros pelos portugueses colonizadores, tornaram-se o principal símbolo do modo de sociabilidade patriarcal. A casa-grande representava todo o sistema econômico, social e político daquele período histórico, tornando-se o palco das relações escravistas de dominação e violência, bem como da naturalização deste *status quo* diante dos princípios moralizantes católicos.

Ainda nessa linha interpretativa, Freyre sinaliza que a família historicamente obteve status de instituição fundamental na sociedade, conformando-se no contexto brasileiro a partir da miscigenação da cultura indígena, europeia e africana. No modelo social patriarcal, os papéis de

gênero eram claramente definidos, sendo balizados pela moral católica vigente, pelos costumes e pelas legislações normatizadoras². As famílias eram compostas por seu núcleo base (pai, mãe e filhos) e por agregados, empregados, concubinas, filhos ilegítimos e escravos, sendo todos esses sujeitos subordinados ao poder e autoridade do patriarca. A centralidade familiar fazia-se presente na figura masculina, restando à mulher o papel de genitora, mãe e esposa. A autoridade patriarcal extrapolava o espaço privado, normalmente essas figuras autoritárias emanavam poder, influência política e econômica também no espaço público. Algumas leituras históricas afirmam que o poder do homem estava associado à figurada da mulher/mãe, pois, a constituição familiar socialmente valorizada dependia de ambos para conformar-se.

Os papéis de gênero, as relações entre dominadores e dominados, a escravidão, etc, foram alguns dos processos balizados pela moralidade católica existente. Compreendemos que os princípios e valores moralmente existentes e aceitos pela população colonial, funcionaram como uma forma subjetiva de dominação, por meio do poder ideológico.

Conforme teoriza Almeida (2004) em sua obra relativa às raízes da violência na sociedade patriarcal, a moral e o costume atuam historicamente como o respaldo aos regimes existentes em suas diversas facetas, dentre as quais imprime a violência. Nesse sentido, a moral social, os costumes cultuados, bem como o contrato jurídico social condisseram e pautaram as relações violentas e desiguais socialmente existentes.

Ainda no que diz respeito à violência no período colonial, Almeida (2004) reflete que este fenômeno origina-se da estrutura social atravessada pela moralidade patriarcal. A autora salienta que, no transcorrer da história social, o patriarcalismo e a disseminação de valores morais calcados na hierarquia desigual entre os distintos gêneros, etnias e classes sociais fomentaram o estabelecimento das situações de domínio e poder, as quais atravessam as relações sociais naturalizando a prática da violência.

² Segundo a moral balizadora das relações patriarcais, o poder do homem sobre a mulher emanava das relações familiares e sociais, em que a mulher sempre representou uma figura inferior. Nas relações matrimoniais, o casamento destinava ao homem o pátrio poder sobre sua esposa e sua prole.

A violência no período do Brasil colônia materializa-se em meio às relações de poder existentes, em especial, por meio das relações de dominação. É possível mencionar diversas situações e contextos em que a violência manifestou-se por meio de suas diversas facetas, mas salientamos inicialmente as relações de gênero e as práticas violatórias existentes no âmbito privado.

O papel da mulher na sociedade colonial variava conforme sua etnia. Mulheres brancas eram destinadas ao casamento, ao provimento da prole e à manutenção do lar, o seu espaço era o âmbito doméstico. A mulher foi historicamente considerada patrimônio, seja de seu esposo ou de seu dono, como na situação peculiar das escravas.

Seguindo esta discussão acerca da coisificação da imagem feminina por meio da noção de patrimônio, alguns autores traçam uma interessante analogia entre o trato destinado às terras colonizadas e à mulher. De acordo com esses teóricos, as terras colonizadas foram historicamente associadas à imagem da pureza feminina, posicionamento que é passível de percepção na literatura clássica, onde a terra é caracterizada com traços femininos, tal como o apontamento cunhado por Almeida, em que o corpo feminino simboliza metaforicamente a terra conquistada por meio da atribuição de características como: “mulher bela, sedutora e atraente, cobiçada por seus dotes promissores e beleza exótica” (2004, p.462). Essa comparação pode se analisada sob o prisma da dominação e da transformação que o homem perpetuou sob seus domínios, no caso, a terra e a mulher. A mulher foi associada à noção de colonizado e o homem, a de colonizador. (LACERDA, 2010)

Outra interessante observação cunhada por Lacerda (2010) acerca da imagem da mulher neste período trata da percepção da doutrina católica acerca destas. Dentre os discursos proferidos pela igreja católica, vigorava a associação da mulher ao diabo, concepção esta que destacava a periculosidade dos elementos naturais da mulher sob a face da sedução, do corpo e do encantamento provido por elas. Nesse sentido, assim como a terra, a mulher precisava ter seus ímpetos controlados pela figura masculina. Esse processo de “domesticação feminina” ocorria por meio da moralização,

conforme os princípios católicos, e também da justificativa médica, a qual confirmava os preceitos moralizantes defendidos pela igreja católica.

Observamos que, historicamente, os discursos ideológicos e os valores morais vigentes acentuavam distintos papéis ao gênero masculino e feminino, fortalecendo a distância entre eles. O domínio masculino sob a figura feminina, ancorado nas explicações biologizantes e religiosas acerca da inferioridade e periculosidade feminina, configurava-se como campo fértil para a execução de práticas violatórias, tais como a materialização da violência física, psicológica e sexual contras as mulheres em meio à sociedade patriarcal.

As formas de violência às mulheres manifestavam-se de distintas formas, dependendo da posição que estas ocupavam socialmente. A mulher branca, submissa à autoridade masculina, era subjugada a infidelidade do marido. Não raras são as histórias de conflitos existentes, em que habitualmente o patriarca concubinava-se com suas escravas em busca de prazer, enquanto que com sua esposa era apenas para a procriação. A igreja atribuía à mulher branca a responsabilidade pelo provimento da prole, criminalizando a prática sexual por prazer.

As mulheres brancas eram criadas para o casamento e a maternidade. A elas cabiam o recato, a permanência no âmbito doméstico privado, podendo utilizar-se do ambiente público somente em suas esparsas idas às missas. A violência também era perpetuada entre as próprias mulheres brancas e negras perante sua rivalidade, haja vista o fato de que, por inúmeras vezes, mulheres brancas em momentos de ciúme e ódio ordenavam à morte ou ao tronco as escravas amantes do patriarca. A branca *frígida* era comparada à negra *fogosa*, nesse sentido, a mulher branca, condenada ao casamento e à maternidade, era excluída de qualquer prazer erótico, sendo reservada a procriação.

A igreja intervia diretamente nas situações de adultério feminino, mas não o fazia quando as mesmas situações eram protagonizadas por homens, antes o contrário, legislações como o Código Felipino³ (permitiam que o homem traído matasse sua esposa, caso assim o desejasse). Nessas

³ O Código Felipino eram as leis europeias utilizadas no Brasil.

situações, as mulheres podiam requisitar divórcio perante processo judicial, mas cabia ao marido autorizá-lo ou não. Normalmente, quando se tratava de famílias ricas, o divórcio era negado pelo homem a fim de evitar a partilha de bens.

Nesse sentido, diante das várias formas de violência vivenciadas pela mulher no espaço doméstico, único âmbito em que podia circular livremente, alguns autores destacam que as oprimidas formulavam formas de resistência às situações vivenciadas, sendo a maternidade uma dessas estratégias. Neste sentido, “[...] uma das principais formas de resistência foi exatamente a maternidade. Se por um lado esta confinava as mulheres ao espaço privado, por outro lado, elas uniam-se aos seus filhos para resistir à solidão, à dor e, tantas vezes, ao abandono.” (LACERDA, 2010, p.22)

Diante do exposto, é possível depreender que, a partir da marginalização da mulher na esfera pública, não lhe restava alternativa se não exercer seu poder no âmbito doméstico, em meio às relações que estabelecia com sua prole, demais familiares e subalternos. Nesse contexto, as relações estabelecidas pela maternidade tornam-se uma das principais formas de resistência observável nesse período, pois, no âmbito doméstico, conseguiam exercer seu poder sob sua prole. A realização da mulher residia na maternidade, sua identidade feminina construía-se a partir desse processo.

No que se refere à violência perpetuada contra a mulher escrava e a mulher negra, destacamos a alta incidência da violência sexual. Inicialmente, a mulher indígena, e posteriormente a mulher negra, eram submetidas à vontade de seu dono, sendo obrigadas a relaciona-se sexualmente com eles, de forma consentida ou não.

A exploração da mulher negra extrapolava as atividades inerentes ao serviço braçal. A mulher escrava era comparada aos animais, e a prática do abuso era habitual entre a relação dos patrões com escravos. A mulher escrava foi historicamente tratada como um objeto sexual, o qual poderia ser utilizado por qualquer sujeito que lhe fosse superior, ou seja, qualquer homem branco. A exploração sexual dessas mulheres passivas objetivava, para além do prazer físico, a reprodução. Os filhos ilegítimos posteriormente tornavam-se

mão de obra escrava. Outra fonte de renda dos senhores era a exploração sexual das escravas, que eram comercializadas sexualmente a outros homens.

É sabido que o período de colonização centrado em uma terra momentaneamente sem lei abre margem ao exercício de práticas exploratórias e violentas. Dentre tais fatos, damos relevo à miscigenação entre o homem branco e, inicialmente, as índias nativas desta terra, bem como, posteriormente, a negra recém-chegada. Como mencionado, essas relações, por vezes, podem ter sido estabelecidas consensualmente, como é o caso da tradição indígena, mas, não raramente, tais mulheres eram submetidas às mais cruéis práticas violatórias de seu corpo e de sua moral por parte do homem branco. Há também relatos históricos que sinalizam a existência de relações/casamentos entre tais sujeitos provindos de estratos sociais diferenciados (homens brancos e mulheres escravas), entretanto, as relações entre mulheres livres e os segmentos dominados era inexistente.

Sob tal prisma, depreende-se que as práticas violatórias de gênero comuns ao Período Colonial da história do Brasil apresentaram estreita relação a conformação política, econômica, escravocrata e patriarcal deste país. Depreende-se que a mulher, especialmente a negra e indígena, ao serem coisificadas e tratadas enquanto propriedades, tornaram-se os maiores alvos de violações. A mulher branca, igualmente violada, tinha no espaço doméstico o reduto privilegiado de tais manifestações. Depreende-se que os elementos históricos apresentados não deixaram de se materializarem nos períodos históricos posteriores, do contrário, a violência gênero se metamorfoseia com as mudanças históricas transcorridas. O próximo item apresentará alguns elementos da manifestação da violência no Período Imperial brasileiro.

2 PERÍODO IMPERIAL: DO PATRIARCADO, PODER E VIOLÊNCIA

O Período Imperial brasileiro iniciou-se com a Proclamação da Independência do Brasil no ano de 1822. A independência significou a conquista de autonomia e a superação do status de colônia perante a Coroa Portuguesa. Tal processo causou significativas mudanças na estrutura política, econômica e social do país.

No tocante a latência da violência neste momento histórico, não diferente foi a violência de gênero evidenciada nesse período, a qual materializou as faces da extrema *especialização e diferenciação* entre os sexos. Ao homem abria-se o espaço público, de interações, contatos e sociabilidade, à mulher cabia o recanto doméstico, as atividades da casa, a criação dos filhos e a submissão ao marido.

À mulher branca cabia o papel de submissão e recato, criada para o matrimônio, a mulher seguia metodicamente os princípios católicos, prezando pela moralidade de sua família e a boa educação de seus filhos. Historicamente, a mulher foi uma figura decorativa dentro das casas-grandes. Qualquer atitude que se sobressaísse à naturalidade do patriarcado, era punida com violência, até mesmo com a morte, como era o caso dos crimes de honra mencionado no relato de Freyre.

[...] tendo visto tremular no fundo do quintal da casa um lenço que a filha tinha levado para enxugar ao sol, mandou logo que era senha de algum Don-juan a lhe manchar a honra e não teve dúvida- sacou de uma faca de ponta e com ela atravessou o peito da moça. (FREYRE, 2005, p.510-511)

Quando descoberto, o envolvimento entre um negro e jovens mulheres brancas era alvo dos mais atroz castigos. A morte ou a *capagem* do membro sexual do homem negro e o casamento da mulher branca com um “primo pobre”, configurou-se como uma das ações mais comumente praticadas nessas situações.

Ao homem, era tolerada toda forma de abuso contra o outro, justificava-se tal prática a partir da *pretensa* sedução que negras e índias proferiam contra tais senhores, os levando a tais atos. Já às mulheres, qualquer prática desta ordem era considerada inconcebível, inaceitável aos padrões morais. Eis o distinto tratamento direcionado a homens e mulheres, a face do machismo e da subjugação feminina, exposta a toda sorte de violências físicas e morais. No período em exposição, era comum as meninas casarem-se ainda na adolescência, habitualmente com senhores mais velhos, atendendo a interesses de seus pais. Não estudavam, pois eram criadas para o casamento.

No que tange as práticas violatórias especialmente direcionadas às mulheres negras, Freyre destaca enfaticamente em sua obra *Casa Grande e*

Senzala os abusos sexuais e a violência da mulher branca contra a mulher negra. Segundo o autor, as mulheres negras foram alvo da ira das esposas dos senhores, sendo submetidas a tratamento desumano em virtude do ciúme de suas superiores. Essas ações de violência emergiam do sentimento de impotência e submissão à violência que estas mulheres brancas também sofriam e replicavam em seres considerados mais *fracos e inferiores* que elas.

[...] sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los a presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue fresco. Baronesas já de idade, que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de bonitas dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias. (FREYRE, 2005, p.421)

No que se refere à violência sexual perpetuada contra as mulheres negras, Freyre destaca que as relações de poder e dominação estabelecidas entre o homem branco e os escravos(as) ocasionaram naturalmente as práticas violatórias à época existentes, como a violência sexual, a qual tratava-se do desejo do senhor em possuir seu escravo, sua *mercadoria*.

Para além dessas formas de violência, e da natural exploração doméstica, muitas escravas foram prostituídas por seus donos. Normalmente, jovens negras eram obrigadas a prostituir-se, conforme pondera Freyre: “atribuem alguns cronistas da escravidão grande importância à prostituição das negras; mas das negras e mulatas exploradas pelos brancos. La Barbinais afirma que até senhoras se aproveitam de tão nefando comércio.” (FREYRE, 2005, p.537)

Outra forma de exploração e revenda do trabalho escravo, assim como a exploração do trabalho braçal e a prostituição sexual, foi o comércio de escravas como amas de leite. Esta também se configurou como uma das formas exploratórias estabelecidas em meio às relações escravistas, em que muitas dessas amas eram proibidas de amamentar seus filhos para poder amamentar os filhos de mulheres brancas.

Do *Diário de Pernambuco* em 1829: “Vende-se uma escrava parida, da primeira barriga, própria para criar”, ao *Jornal do Comércio*, da corte, anunciando a meio século mais tarde: “Mucama- Aluga-se escrava Ama-de-leite, parida há um mês e sem filho”. Sem filho porque o bebê havia morrido, deixando todo o seu leite para ser

transformado em renda escravista ao senhor de sua mãe.
(ALENCASTRO, 1997, p.64)

Historicamente, a violência impingida contra as mulheres foi justificada a partir dos princípios morais conservadores e preconceituosos socialmente vigentes. A imagem da inferioridade feminina, e até mesmo de sua “demonização” sinalizada pela igreja católica, conformaram alguns dos argumentos utilizados para respaldar os atos de violência perpetuados contra as mulheres.

O meio viciado, a devassidão dos costumes, os instintos perversos, a falta de honra e de educação, a inclinação a malícia e à liberdade foram expressões que marcaram os julgamentos de médicos, juristas, membros do clero, liberatos e jornalistas sobre as moças pobres, negras e brancas, principalmente ao longo dos últimos 150 anos de nossa história. (ABREU, 2007, p.289)

O declínio do setor rural no Brasil, somado à vinda da coroa portuguesa e a conquista da nossa independência, à abolição da escravidão e ao movimento imigrantista formam alguns dos fatores que condicionaram e balizaram a criação dos primeiros centros urbanos, conformando novas estruturas sociais e redimensionando as relações de poder até então estabelecidas, retirando a centralidade do poder do domínio do patriarcado.

A gradativa substituição do meio rural pelo meio urbano, ou ainda, das casas-grandes pelos sobrados, trouxe em seu bojo significativas mudanças para a organização patriarcal e o poder que ela desempenhava. Com o advento da urbanização, da ampliação do comércio, das indústrias, do lazer, da arte, as possibilidades ampliam-se e conseqüentemente a redoma patriarcal viu sua autoridade modificar-se. Tal mudança não significou o transpasse da estrutura patriarcal, mas sinalizou algumas importantes mudanças em sua estrutura, já que a dimensão privada da vida social patriarcal assumiu outra conotação diante da diminuição de seu poder e a reconfiguração dos papéis no âmbito familiar.

As distâncias étnicas e sociais preservadas em meio às casas-grandes, típicas do período colonial, começaram a declinar perante o fortalecimento dos centros urbanos. Novas formas de sociabilidade estreitaram as relações entre

brancos e negros, caboclos, pardos e libertos. As oportunidades a estes segmentos sociais materializavam-se com maior facilidade em virtude das mudanças latentes, tais como o fim da escravidão. As casas-grandes foram sumindo, abdicando de sua conotação social.

Já foi evidenciado que algumas das estruturas específicas balizantes das práticas violatórias existentes ainda no período colonial continuaram latentes em parte do período imperial, tal como a escravidão e as relações patriarcais. O transcorrer do tempo e a dialética das dinâmicas societárias provocaram transformações, as quais superaram práticas violatórias historicamente existentes ou as modificaram. Novas relações sociais, políticas e econômicas emergem, novas relações entre grupos sociais também, as formas de materialização do poder e da dominação se reconfiguram, fazendo com que fenômenos sociais como a violência mudem suas roupagens periodicamente.

É a partir dessa abordagem dialética que o próximo subitem problematizará a violência de gênero no período republicano à atualidade. Notavelmente, esta discussão mais contemporânea abordará aspectos curiosos alusivos às relações sociais e à materialização da violência, os quais poderão ser facilmente associados às históricas roupagens deste fenômeno, anteriormente problematizadas.

3 DO PERÍODO REPUBLICANO À CONTEMPORANEIDADE: AS HERANÇAS E AS RESISTÊNCIAS

O período Republicano do Brasil teve seu início em meados de 1889 com o advento da Proclamação da República⁴, e estende-se até os dias atuais. Tal período foi caracterizado por distintos momentos, que, de acordo com Fausto (2002), pode ser definido nas seguintes etapas: a Primeira República; o Estado Getulista; o Período Democrático; o Regime Militar; o Governo Sarney.

Azevedo e Guerra (1997) traçam um parâmetro geral alusivo às transformações ocorridas no período no período de 1945 a 1980. Segundo as autoras, as mudanças foram de ordem estrutural, pois o abandono à sociedade

⁴ O advento da Proclamação da República data de 15 de Novembro de 1889.

estritamente rural deu lugar à dinâmica urbano-industrial. Esta nova dinâmica propiciou as modificações nas formas de sociabilidade, inferindo novos padrões nas relações de trabalho, novas perspectivas no âmbito público e privado. Tal contexto, atrelado às manifestações sociais, configurou-se como campo fértil para as transformações nos paradigmas das relações socialmente existentes, rompendo com alguns dos padrões historicamente vigentes.

Neste contexto de transformações, as diferentes conformações familiares estruturadas historicamente foram modificando-se paulatinamente, mas alguns aspectos destas conformações sobreviveram à dialética das mudanças e ainda, atualmente, apresentam-se como características estruturantes da instituição familiar moderna. Silveira e Medrado, ao problematizarem esta abordagem histórica, apontam para algumas características que não foram superadas, tais como as relações machistas provindas da forma de organização patriarcal. Além disso, segundo as autoras, as típicas relações desiguais no âmbito privado e público entre os gêneros, características do patriarcado, ainda persistem na atualidade.

Modelado pelo sistema machista, o patriarcado prevê a construção de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, o que atinge não só a esfera privada, mas a pública. (...) Assim, tentando situar esses estudos podemos dizer que utilizam a idéia de vitimização da mulher, ora baseada na noção de dominação masculina, ora na de dominação patriarcal. (SILVEIRA E MEDRADO, 2009, p.119)

As mudanças nas configurações familiares foram acompanhadas das mudanças de gênero. Os distintos papéis de gênero materializam as relações de poder existentes em meio às construções sociais que, a partir de um processo histórico, acabam por delimitar e constituir os papéis que homens e mulheres assumem nas sociedades. A partir desta abordagem, as desigualdades entre os sexos não podem ser justificadas a partir de elementos biológicos, mas sim, em virtude do contexto histórico em que estão inseridas e as relações de poder que as permeiam.

As mudanças societárias contemporâneas inferem mudanças significativas nos papéis de gênero. Dentre tais mudanças, sublinhamos a inserção da mulher no mercado de trabalho, o controle reprodutivo e sua conquista de autonomia e independência. Novos papéis também são

vislumbrados no âmbito privado, onde muitas mulheres passam a desempenhar cumulativamente a função de provedora e cuidadora do lar, em simultaneidade às atividades que desenvolve no âmbito público. Por vezes, estas mudanças representam a perda de legitimidade do poder masculino frente à instituição familiar e ao espaço público, fazendo com que a violência entre gênero assuma caráter de resistência diante da perda de legitimidade de poder. Neste sentido, os autores salientam que:

Essa situação representa maior autonomia para as mulheres, mas também pode contribuir para a eclosão de conflitos e de violências no âmbito das relações conjugais. A frequência das famílias monoparentais chefiadas por mulheres no Brasil e em outros países tem apresentado cifras ascendentes, mostrando que as mulheres enfrentam a dupla tarefa de cuidar dos filhos e prover as famílias. (...) Nesse novo contexto social, o homem reage agressivamente mostrando que a violência não significa apenas a persistência do velho sistema, mas a recusa em adaptar-se ao novo. (BAIRROS, MENEGHEL E SAGOT, 2009, p.59)

É em meio a modificações de ordem macro e microssocietárias alusivas à relação público-privado que as antigas faces da violência de gênero se reformulam, assumindo novos contornos na contemporaneidade. Percebemos, assim, que historicamente a violência funcionou como a forma de controle do gênero masculino sobre o feminino, e na contemporaneamente continua possuindo tal funcionalidade. Trata-se do reflexo da materialização de relações desiguais de dominação. Segundo Bairros, Meneghel e Sagot (2009, p. 15), “a violência é um dos métodos mais efetivos para controlar mulheres, uma das formas mais generalizadas de exercício do poder masculino e o elemento central da dominação de gênero”.

A violência de gênero possui raízes históricas, bem como a subjugação feminina perante a atribuição do papel de cuidadora do lar e dos filhos. A valorização da família nuclear, centralizada e regida pela autoridade masculina, sinaliza aspectos contemporâneos da organização patriarcal. Essa forma de organização, pautada em relações de poder e de dominação, propicia situações violatórias de toda ordem, tendo como alvo especialmente grupos sociais historicamente vulnerabilizados, tais como mulheres e crianças.

A legitimação e perpetuação das violências de gênero tem sido possível graças à ideologia patriarcal [...] Entre “as verdades” veiculadas pela ideologia, podemos arrolar o mandato

heteronormativo e negação de sexualidades não fálicas, a sobre-responsabilização e a culpabilização das mulheres em relação aos filhos e a valorização da família mononuclear heteropatriarcal que permite a produção de violências sob o amparo do estado. (BAIROS, MENEGHEL e SAGOT, 2009, p.15)

O movimento de enfrentamento à violência de gênero e a assinatura dos primeiros tratados e acordos internacionais contrários a essa prática ocorreram no período de redemocratização do Brasil. Em meio a um período de mudanças significativas, com a efervescência política, das lutas populares, a discussão acerca da superação das formas de violência contra a mulher tornou-se uma das bandeiras defendidas. É nesse contexto de tratados e acordos que o Brasil assume o compromisso de assegurar os direitos humanos das mulheres e de outros grupos sociais estigmatizados, tais como negros e outras minorias étnicas. (SILVEIRA E MEDRADO, 2009)

A questão da violência de gênero foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (doravante OMS), no ano de 1990, como uma questão de saúde pública, sendo ela considerada um obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico, além de uma violação dos direitos humanos. A OMS considera a violência de gênero um problema social, o qual atinge a todos os segmentos sociais, de distintas formas. Algumas estimativas retratam dados alarmantes, que demonstram que pelo menos um quinto da população feminina mundial já sofreu algum tipo de violência.

A designação da violência de gênero resultou de um longo processo de discussão, em que foi fundamental a participação do movimento feminista. A violência de gênero tem sido conceituada como um campo complexo e sensível. Nesse sentido, compreendemos que para que haja a superação da violência de gênero, torna-se imprescindível uma mudança em todos os âmbitos da sociedade, seja de caráter direto e estrutural, seja de caráter subjetivo. As mudanças inerem à construção de papéis equitativos, os quais refletem no espaço público e privado relações pacíficas e respeitadas. A efetivação de legislações protetivas às mulheres - e penalizatórias aos agressores - acrescida do investimento em políticas públicas de prevenção e atendimento, também se tornaram uma possível alternativa de enfrentamento a esta questão. Depreende-se que nas últimas décadas muito se evoluiu no

tocante a busca pela equidade de gênero, conquistas estas relacionadas as lutas feministas e demais reivindicações coletivas, contudo, ainda há um longo caminho a se trilhar no tocante a garantia da equidade e a superação das históricas faces da violência de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição da violência de gênero no contexto brasileiro historicamente apresentou estreita relação as dinâmicas sociais, econômicas e políticas emergentes. A escravidão e a eminência da organização patriarcal possibilitaram o campo fértil para o surgimento e a solidificação de relações desiguais e violatórias entre gêneros desde os primeiros anos da história deste país.

O resgate das formas de manifestação da violência nos distintos momentos históricos da história do Brasil nos permitem identificar o quanto as faces contemporâneas da violência associam-se a históricas práticas emergentes. Os resquícios da estrutura patriarcal e escravocrata ainda impregnam a sociabilidade contemporânea incidindo diretamente nas relações desiguais entre grupos sociais, e, especialmente entre homens e mulheres.

A violência de gênero apresenta-se uma expressão da Questão Social que na atualidade requisita da sociedade plena atenção. A agudização de práticas violatórias requisita do Estado, da sociedade e dos sujeitos sociais medidas efetivas de repúdio e prevenção a violência. Neste sentido, entende-se que apesar das conquistas históricas das mulheres, muito ainda temos a (trans) formar. A luta de homens e mulheres em prol da equidade de gênero e da superação de práticas violatórias deve se fortalecer enquanto uma bandeira coletiva. Neste sentido, o ensaio ora apresentado que poderá ser ampliado em futuras produções almeja instigar no sentido de que nunca esqueçamos nossa história para que a caminhada de luta e resistência não deixe de prosseguir. Caminhemos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Meninas Perdidas. In: PRIORE, Mary del (Org.) **Histórias das Crianças no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida privada e ordem privada do império. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

ALENCASTRO, Luís Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; WEIS, Luiz. Carro Zero e Pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. As Raízes da Violência na Sociedade Patriarcal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 235-243, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922004000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 mar. 2017.

AZEVEDO Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de. As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio recusado em São Paulo. In: _____. **Infância e Violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997..

BAIRROS, Fernanda; MENEGHEL, Stela Nazareth; SAGOT, Montserrat. Práticas discursivas, gênero e sofrimento emocional. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas Críticas II: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

LACERDA, Marina Basso. **Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/16570/16570_1.PDF>. Acesso em: 23 mar. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, n.3, jul/set.1997. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v13n3/0165.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SILVEIRA, Paloma Silva; MEDRADO, Benedito. Violência contra as mulheres: breves considerações sobre os estudos relacionados à temática. In: MENEGHEL, Stela. (Org.) **Rotas Críticas II**: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.